

**CONGRESSO INTERNACIONAL DE
DIREITO E INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL**

OS DIREITOS HUMANOS NA ERA TECNOLÓGICA V

ANA VIRGINIA GABRICH FONSECA FREIRE RAMOS

CAIO AUGUSTO SOUZA LARA

O81

Os direitos humanos na era tecnológica V [Recurso eletrônico on-line] organização Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial: Skema Business School – Belo Horizonte;

Coordenadores: Caio Augusto Souza Lara, Pedro Gustavo Gomes Andrade e Ana Virgínia Gabrich Fonseca Freire Ramos – Belo Horizonte: Skema Business School, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-105-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Desafios da adoção da inteligência artificial no campo jurídico.

1. Direito. 2. Inteligência Artificial. 3. Tecnologia. I. Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial (1:2020 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34



CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

OS DIREITOS HUMANOS NA ERA TECNOLÓGICA V

Apresentação

É com enorme alegria que a SKEMA Business School e o CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito apresentam à comunidade científica os 14 livros produzidos a partir dos Grupos de Trabalho do I Congresso Internacional de Direito e Inteligência Artificial. As discussões ocorreram em ambiente virtual ao longo dos dias 02 e 03 de julho de 2020, dentro da programação que contou com grandes nomes nacionais e internacionais da área, além de 480 pesquisadoras e pesquisadores inscritos no total. Estes livros compõem o produto final deste que já nasce como o maior evento científico de Direito e da Tecnologia do Brasil.

Trata-se de coletânea composta pelos 236 trabalhos aprovados e que atingiram nota mínima de aprovação, sendo que também foram submetidos ao processo denominado double blind peer review (dupla avaliação cega por pares) dentro da plataforma PublicaDireito, que é mantida pelo CONPEDI. Os quatro Grupos de Trabalho originais, diante da grande demanda, se transformaram em 14 e contaram com a participação de pesquisadores de 17 Estados da federação brasileira. São cerca de 1.500 páginas de produção científica relacionadas ao que há de mais novo e relevante em termos de discussão acadêmica sobre os temas Direitos Humanos na era tecnológica, inteligência artificial e tecnologias aplicadas ao Direito, governança sustentável e formas tecnológicas de solução de conflitos.

Os referidos Grupos de Trabalho contaram, ainda, com a contribuição de 41 proeminentes professoras e professores ligados a renomadas instituições de ensino superior do país, os quais indicaram os caminhos para o aperfeiçoamento dos trabalhos dos autores. Cada livro desta coletânea foi organizado, preparado e assinado pelos professores que coordenaram cada grupo. Sem dúvida, houve uma troca intensa de saberes e a produção de conhecimento de alto nível foi, certamente, o grande legado do evento.

Neste norte, a coletânea que ora torna-se pública é de inegável valor científico. Pretende-se, com esta publicação, contribuir com a ciência jurídica e fomentar o aprofundamento da relação entre a graduação e a pós-graduação, seguindo as diretrizes oficiais. Fomentou-se, ainda, a formação de novos pesquisadores na seara interdisciplinar entre o Direito e os vários

campos da tecnologia, notadamente o da ciência da informação, haja vista o expressivo número de graduandos que participaram efetivamente, com o devido protagonismo, das atividades.

A SKEMA Business School é entidade francesa sem fins lucrativos, com estrutura multicampi em cinco países de continentes diferentes (França, EUA, China, Brasil e África do Sul) e com três importantes creditações internacionais (AMBA, EQUIS e AACSB), que demonstram sua vocação para ensino e pesquisa de excelência no universo da economia do conhecimento. A SKEMA, cujo nome é um acrônimo significa School of Knowledge Economy and Management, acredita, mais do que nunca, que um mundo digital necessita de uma abordagem transdisciplinar.

Agradecemos a participação de todos neste grandioso evento e convidamos a comunidade científica a conhecer nossos projetos no campo do Direito e da tecnologia. Já está em funcionamento o projeto Nanodegrees, um conjunto de cursos práticos e avançados, de curta duração, acessíveis aos estudantes tanto de graduação, quanto de pós-graduação. Até 2021, será lançada a pioneira pós-graduação lato sensu de Direito e Inteligência Artificial, com destacados professores da área.

Agradecemos ainda a todas as pesquisadoras e pesquisadores pela inestimável contribuição e desejamos a todos uma ótima e proveitosa leitura!

Belo Horizonte-MG, 07 de agosto de 2020.

Prof^a. Dr^a. Geneviève Daniele Lucienne Dutrait Poulingue

Reitora – SKEMA Business School - Campus Belo Horizonte

Prof. Dr. Edgar Gastón Jacobs

Coordenador Acadêmico da Pós-graduação de Direito e Inteligência Artificial da SKEMA Business School

PERIFERIA: A VOZ E A CARA DA RESISTÊNCIA
PERIPHERY: THE VOICE AND FACE OF RESISTANCE

Fernando Campos Nazare

Resumo

Os Direitos Humanos visam assegurar a dignidade das pessoas que, como seres humanos, têm a garantia de não serem tratadas como coisas ou serem submetidas a tratamentos que não condizem com o status de Ser Humano. Neste trabalho, descreveremos brevemente o que moradores de um bairro periférico do município de Belém do Pará têm feito para modificar o olhar em relação a população pobre da cidade, criando um coletivo que tem como objetivo quebrar estereótipos que recaem sobre a pobreza e como utilizam de multimeios tecnológicos de comunicação para se fazer valer de direitos que não lhes são assegurados.

Palavras-chave: População periférica, Direito humanos, Tecnologia da comunicação, Resistência

Abstract/Resumen/Résumé

Human rights aim to ensure the dignity of people who, as human beings, are guaranteed not to be treated as things or to be subjected to treatments that do not match the status of Human Being. In this paper, we will briefly describe what residents of a peripheral neighborhood in the city of Belém do Pará have been doing to change the way they look at the city's poor, creating a collective that aims to break stereotypes that fall on poverty and how they use it. technological media of communication to assert rights that are not guaranteed to them.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Peripheral population, Human rights, Communication technology, Resistance

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os Direitos Humanos nascem da necessidade de se enfatizar que todas as pessoas são seres humanos e nesta condição merecem a respeitabilidade de serem tratadas como tal. É um absurdo pesarmos que esse ramo jurídico é resultado de uma construção histórica, pois é algo inerente a cada pessoa humana, direitos. Os Direitos Humanos, então, visam assegurar a dignidade das pessoas que, como seres humanos, têm a garantia de não serem tratados como coisas ou serem submetidos a tratamentos que não condizem com o status de Ser Humano.

Daí várias conquistas foram perseguidas para que pudéssemos usufruir com plenitude a nossa humanidade, para que, assim como assegura a quinta dimensão dos direitos fundamentais, o direito a felicidade como um deles.

Todavia, os poderes estatais, que deveriam ser os propulsores no que tange em assegurar tais direitos que são inerentes as pessoas, não faram, mas ao contrário, o Estado será aquele agente que violará o direito mater de cada ser social, de cada ser humano. O direito a vida de cada pessoas, inerente com ser humano que é será ceifado pelo poder estatal, que não simplesmente matará as pessoas, mas matará seletas pessoas de determinada classe social e, ainda, marginalizará deixando-as vivendo em condições que se não é de ser humano.

Entendo tudo isso, dessa forma, faz-se necessário como resposta ao entendimento da complexidade da situação acima elucubrada, entende-se que resistir é fundamental de modo a unificar as lutas contra o genocídio da população pobre, compreendendo o recorte social que é recaído àqueles que estatisticamente são os principais alvos desse sistema necropolítico da qual o Estado se apoia para se manter soberano.

Com isso, neste trabalho de pesquisa, teve como objetivo descrever brevemente o que moradores de um bairro periférico do município de Belém do Pará - bairro Terra Firme - têm feito para modificar o olhar em relação a população pobre da cidade, criando um coletivo que tem como objetivo quebrar estereótipos que recaem sobre a pobreza e como utilizam de multimeios tecnológicos de comunicação para se fazer valer de direitos que não lhes são assegurados. Partindo desse pressuposto, e visando sua organização e rigor acadêmico este trabalho de pesquisa se fundamentou na análise de textos bibliográficos e de dispositivos normativos como fonte primária e, pelo conhecimento empírico, como fonte secundária, pela análise das mídias produzidas pelo coletivo Tela Firme e publicada nas diversas redes sociais para vizibilizá-lo.

2 A MÍDIA SENSACIONALISTA

Em Belém do Pará, assim como em outras metrópoles brasileiras, a Necropolítica é empreendida contra a população que fica às margens dos grandes centros urbanos, as periferias. Daí é interessante notar que a capital paraense apresenta especificidades do modo que a política da morte se legitima. Há todo um enredo digno de filmes, com cenário, atores e roteiros originais que acarretaram na retirada da vida, tornando culturalmente únicos os crimes de morte em série nas periferias da Região Metropolitana de Belém. (NAZARÉ, 2019; p. 06)

Importante, neste primeiro momento pontuarmos o que a autora Marielle Franco entende pela atuação estatal por meio das polícias nas favelas/periferias dos grandes centros urbanos:

Há duas ações predominantes no Estado, frente aos territórios populares: tornar-se ausente, ou não se faz absolutamente presente. Significa que o Estado sintetiza outra face. As duas opções demonstram a escolha feita pelo Estado, quando sob a prerrogativa da garantia de direitos, opta por baixos investimentos e poucos equipamentos. E/ou marca a presença com o uso da força e da repressão, principalmente por meio da ação policial. Reforça-se, assim, a visão predominante de que favelas e periferias são locais de ausência, carência, onde predomina a “vagabundagem”, ou a narrativa do assistencialismo, em um espaço considerado território de “pobres coitados”. (FRANCO, 2014; p. 14)

É comumente veiculado em programas policiais de TV pseudojornalísticos inúmeros casos de crimes cometido por pessoas que são referenciadas como inimigos de toda a sociedade, essa é um ideia de que há uma guerra constante entre a “bandidagem” e a polícia. Essa narrativa que visa o lucro causa a luta entre os membros da periferia onde aqueles que se consideram ‘cidadãos-de-bem’ apropriam-se de um discurso ditado pelos soberanos – o Estado e a classe dominante – contra aqueles ‘cidadãos-do-mal’. Ou seja, os detentores da soberania subjugam a população periféricas com auxílio desta para a produção de suas mortes. (NAZARÉ, 2019; p. 04)

3 O ACESSO A COMUNICAÇÃO E A TECNOLOGIA COMO DIREITOS HUMANOS

Em seu artigo 27º, a Declaração Universal dos Direitos Humanos nos traz a salvaguarda no que concerne o direito a cultura, à expressão cultural, a liberdade de se expressar culturalmente como pertencente a um grupo social, vejamos:

Artigo 27º

1.Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.

2.Todos têm direito à protecção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria.

Faremos referência a um coletivo do bairro Terra Firme, região periférica de Belém, que tem o intuito mudar a forma como o lugar é visto e mencionado nos grandes veículos de

comunicação de massa – principalmente aqueles programas policiaiscos que já fora mencionado neste trabalho –, que em sua maioria, através das matérias divulgadas, criminalizam o bairro e seus moradores, o que acaba criando estereótipos de um espaço violento. Os seus idealizadores produziram um documentário mostrando a indignação da população periférica em relação das mortalidades de jovens e trazendo a retratação de quatro chacinas ocorrida de 1994 à 2014 na região metropolitana da capital, bem como mostrando as coisas e pessoas boas que fazem parte da periferia belenense. Por meio de produção audiovisual, o coletivo Tela Firme veicula seu material através das redes sociais ([YouTube](#) e [Facebook](#)), com o intuito de mostrar o que há de bom, os valores da periferia e a sintonia com os diversos movimentos sociais que atuam na defesa da vida e dos direitos humanos. (NAZARÉ, 2019; p. 07)

Desta forma, a resignificação dada à periferia e os sujeitos componentes desses espaços sobre sua realidade nas produções comunicativas, que vão muito além da imagem negativa construída pela mídia hegemônica. (COSTA, AMORIM, LIRA, 2017, p. 43)

Quando analisamos, por exemplo, o vídeo “Poderia ter sido você”, produzido pelo Coletivo Tela Firme, considerado pelo Estado e grande mídia como um dos mais violentos da capital paraense. Argumenta-se que ao elaborar produtos midiáticos independentes, o Coletivo objetiva alternativas de cidadania, de enfrentamento e de empoderamento na sociedade buscando reconfigurar o olhar sobre a periferia que ultrapassar o discurso simplista e descontextualizado da violência local como uma única matriz possível no falar sobre o bairro. (COSTA, AMORIM, LIRA, 2017, idem)

Em sua dissertação para obtenção do grau mestra a autora Luciana Gouvêa da Cunha elucidada a importância do referido coletivo como forma da garantia dos Direitos Humanos e dos acesso cultural e comunicacional pelas populações marginalizadas pelo poder estatal:

Os vínculos comunicacionais e culturais potencializados pelas atividades de Comunicação Comunitária, Popular e Alternativa do Tela Firme têm como base a construção de outras formas de representação territorial e da população nas mídias. Ao construir um discurso que apresente as atividades culturais dos moradores, as opções de lazer, e discuta criminalidade e direitos humanos de maneira sensível, o coletivo, a partir de seus diversos processos comunicacionais, tem o potencial de contribuir para a existência de um elo simbólico entre os moradores do lugar e dá início a novas concepções culturais e comunicacionais no bairro que favorecem a partilha do comum, o fortalecimento e a visibilidade das redes de ação social ali presentes. O trabalho do coletivo tem como público alvo prioritário os moradores do bairro e as juventudes das periferias brasileiras. (CUNHA, 2018, p. 10)

Daí se mostra a importância para toda uma coletividade social do referido coletivo Tela Firme num bairro periférico da capital paraense.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como verificado durante todo o trabalho constatamos que o Estado não cumpre com seu dever de proteger a vida de seus cidadãos e cidadãs, mas é o causador do extermínio daqueles indivíduos em vulnerabilidade social e econômica. O breve relato feito sobre o Projeto Tela Firme nos mostra que em decorrência da indiferença e ação letal do Estado é necessário criar meios para que as populações de áreas marginalizadas se mantenham vivos e criem mecanismos de combate aos preconceitos que sofrem.

Ter para si instrumentos capazes de efetivar direitos garantidos por meio de multimeios de comunicação tecnológica tem sido a única maneira da população periférica belenense de se apoderar de direitos que são seus e que reiteradas vezes o Estado, além de não lhes proporcionar, que é sua obrigação, mas também interferir causando a mortalidade da classe social que está em patamar de subordinação.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** [recurso eletrônico]: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas constitucionais nos 1/1992 a 105/2019, pelo Decreto legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas constitucionais de revisão nos 1 a 6/1994. – 55. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos - Decreto Nº 19.841, de 22 de outubro de 1945**. Site do Planalto – Brasília: 2020.

COSTA, Alda Cristina Silva da; AMORIM, Célia Regina Trindade Chagas; LIRA, Adriana do Socorro Campos de. **“Poderia ter sido você”: Cidadania e periferia**. Revista Alterjor, 2017. Disponível em:
file:///home/chronos/ubc6b0cce5005c2915bf74e8228388627d5e62524/MyFiles/Downloads/123845Texto%20do%20artigo-244323-1-10-20170313.pdf. Acesso em 28. Mai. 2020.

CUNHA, Luciana Gouvêa da. **Tela Firme, gravando!: A produção audiovisual do coletivo Tela Firme no fomento dos vínculos culturais e comunicativos no bairro da Terra Firme, em Belém (PA)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2018.

FRANCO, Marielle. **UPP – a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Universidade Federal Fluminense – UFF, 2014.

NAZARÉ, F. C. **A Política da Morte: uma análise sobre a subjugação do direito à vida pelo poder estatal, sob o aporte teórico de Achille Mbembe.** *Complexitas - Rev. Fil. Tem.* Belém, v. 4, n. 2, p. 19-26, jul./dec. 2019. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/complexitas/article/view/8051>>. Acesso em: 30 de janeiro de 2020.

TELA FIRME. Página no *Facebook* do Coletivo Tela Firme. Disponível em: <https://www.facebook.com/telafirme/>.

_____. Canal no *Youtube* do Coletivo Tela Firme. Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCqWGBbmj6LcE-Zlp_2pcFEA